

O PAPEL PEDAGÓGICO DO ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Tarcísio Conceição Oliveira¹

Teresa Cristina Torres de Abreu do Amaral²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão dos cenários de formação e atuação profissional do Serviço Social, a partir da análise da universidade, da produção de conhecimentos e dos espaços sócio-ocupacionais de intervenção profissional da/o Assistente Social. É por meio dessa premissa, subsidiada pelas pesquisas dos autores no âmbito da pós-graduação, que o artigo debate a importância do antirracismo na formação e atuação profissional, corroborando com a função pedagógica e os referenciais teóricos da categoria, dialogando com produções teóricas não hegemônicas, mas que contribuem de maneira significativa para a perspectiva antirracista do Serviço Social e o compromisso ético político profissional frente as dinâmicas das relações sociais nessa sociedade capitalista.

Palavras-chave: Antirracismo; Produção de conhecimentos; Função pedagógica; Atuação profissional; Serviço Social.

Abstract: This article propose a reflection on the training and professional performance of Social Work, based on the analysis of the university, the production of knowledge and the socio-occupational spaces of professional intervention of the Social Worker. It is through this premise, supported by the authors' postgraduate research, that the article debates the importance of anti-racism in professional training and performance, corroborating the pedagogical function and theoretical references of the category, dialoguing with non-hegemonic theoretical productions, but which contribute significantly to the anti-racist perspective of Social Work and the professional political ethical commitment to the dynamics of social relations in this capitalist society.

Keywords: Anti-racism; Production of knowledge; Pedagogical function; Professional performance; Social Work.

¹ Educador social e Mestrando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5105-3730>. Email: tarcisiooliveira862@gmail.com

² Assistente social e Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: tabreudoamaral@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A universidade como um espaço de produção de conhecimentos, além de subsidiar bases teóricas e práticas para a formação e atuação dos trabalhadores do Serviço Social, é um espaço atravessado por diversos tensionamentos e questionamentos, assim como os demais espaços sócio-ocupacionais das/os Assistentes Sociais e a contradição da sociedade capitalista. Deste modo, problematizar o espaço em que a atuação profissional é gestada torna-se imprescindível a partir do entendimento da importância da *função pedagógica* na intervenção profissional (ABREU; CARDOSO, 2009). Ou seja, problematizar um espaço de produção de conhecimentos, permeado pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2000) é entender os limites da nossa atuação e intervenção, mas também construir possibilidades, neste caso, o antirracismo (NOGUERA, 2012) e a sua potência no papel educador do Movimento Negro, conforme Nilma Lino Gomes (2017) afirma.

É com esta premissa que o presente resumo expandido destaca elementos da formação e atuação profissional dos autores, que perpassam a temática apresentada a partir de suas vivências e experiências em espaços de pesquisa da pós-graduação, movimentos sociais, política de assistência social e saúde, enquanto sujeitos racializados.

A partir do exposto acima, entende-se que é necessário aos trabalhadores do Serviço Social a aproximação com a formação sócio, política e econômica brasileira, compreendendo tal formação como um importante norte para entender a socialização dos indivíduos nessa sociedade de classes antagônicas em um sistema capitalista. Neste viés contempla-se uma das dimensões da profissão, conforme caracterizou Iamamoto (2004) citada por Toniolo (2008), que é: a competência teórico-metodológica. Logo, pautar a intervenção profissional no espaço sócio-ocupacional com uma perspectiva antirracista³ é essencial.

³ O trecho a seguir complementa o nosso entendimento acerca da perspectiva antirracista: “[...] não é raro que a proposta de uma educação antirracista seja tomada como um tema, alguma coisa pontual, localizada e “estrangeira” [...] A monorracionalidade exige um comportamento, uma lógica e protocolos que podem ser subsumidos a um esquema padrão de homogeneização. Denegrir a educação pode trazer justamente a assunção da heterogeneidade como elemento positivo” (NOGUERA, 2012, p. 70). Juntamente, temos o

O fazer profissional da/o Assistente Social, que, segundo Iamamoto e Carvalho (1996), é considerado trabalho, visto que, é uma profissão centrada na divisão sócio técnica do trabalho e tem elementos que compõem o trabalho em Marx; teorizam que diante de um sistema capitalista que vai provocar na sociedade diversas contradições, demanda-se o surgimento de um profissional que lide com essas questões. Objetiva-se que os trabalhadores do Serviço Social em seu espaço sócio-ocupacional se apropriem das leituras pertinentes à cor, raça e etnia em consonância com as diversas pesquisas que apontam que, a maioria da população brasileira é negra e que a maior parte das pessoas que acessam as políticas sociais é negra.

Portanto, juntamente a atuação profissional, a formação ofertada pelas universidades deve acompanhar a dinâmica das relações sociais desta sociedade capitalista, que é fundamentada nos processos de expropriação, colonização, escravização e eurocentrismo. É na dinâmica do dia a dia que este profissional encontra possibilidades de efetivar o seu compromisso ético-político, apoiado em referenciais teóricos que potencializam o seu projeto profissional e societário.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Segundo Netto (2006), o projeto ético-político do Serviço Social é um projeto profissional construído por sujeitos coletivamente e vai sendo reconhecido e legitimado de acordo com o envolvimento e organização dos profissionais implicados. Dito isto, há de mencionar que, apesar do projeto societário – com viés emancipatório – ter o seu objetivo e o profissional também, eles apresentam um ponto de afluência que é a liberdade como valor central. Além disso, ambos dialogam com a perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

seguinte questionamento colocado por Gomes (2021): “a educação, entendida como processo de humanização, tem sido sempre uma experiência edificante? É possível educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo machismo e pelo racismo? Se os movimentos sociais reeducam a sociedade e a escola, que saberes eles tem trazido para o campo educacional? Qual tem sido o lugar ocupado por esses saberes no cotidiano da escola, dos currículos e das políticas educacionais no século XX?” (p. 43).

Importante sinalizarmos as afluições de ambos projetos a partir do entendimento do modo de funcionamento da sociedade capitalista, pois em suas produções, Quijano (2000) destaca a *raça* como um dos eixos fundamentais e centrais para o entendimento do processo de colonização e escravização, uma vez que esta categoria é “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (p. 117). Portanto, o capitalismo brasileiro é atravessado por esses determinantes e, pensar sobre a construção de uma nova ordem societária perpassa pela eliminação do racismo, da hierarquização e subjugação. O antirracismo é um instrumento de denúncia do racismo, mas também oportunidade e perspectiva de eliminação do racismo e efetivação desta liberdade como valor central.

Deste modo, é importante pontuarmos brevemente, além de compreendermos, os retrocessos e ataques a democracia, as políticas sociais e aos direitos lutados e conquistados, como um indicativo de uma noção colonial que ainda predomina no imaginário social brasileiro. O avanço, mesmo que de modo paliativo e dentro da lógica capitalista da classe trabalhadora, em sua maioria composta por pessoas negras (pardos e pretos, conforme o IBGE⁴), reatualiza o *modus operandis* dos senhores coloniais, expressos em figuras políticas de poder por exemplo, assim como cargos de chefias nas diversas instituições deste país. Uma população negra escravizada que após a sua abolição pela Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1988, também chamada de Lei Áurea – e cabe pontuar que tal “libertação” só se deu após muita resistência e luta da população negra e não sob a chancela de uma bondade humana; foi colocada a margem de qualquer direito social.

Ademais, um dos componentes que sustentam o funcionamento da estrutura capitalista vigente é a ideologia, pois de acordo com Silvio Almeida “o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (2021, p. 67). Ora, os espaços de produção de conhecimentos, neste caso, as universidades, são permeados por ideologias que, atravessadas pelo eurocentrismo, reforçam bases racistas em uma formação profissional

⁴ Mais informações disponíveis em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>> Acesso em 01 de abr. de 2024.

que se distancia da realidade. Ao mesmo tempo em que é possível perceber um descompasso entre formação e atuação, percebe-se também o movimento de reatualização dos trabalhadores do Serviço Social⁵.

A universidade não é uma instituição estanque da realidade social brasileira, logo, notamos neste espaço também a reatualização do *modus operandis* acerca da noção colonial, seja pela falta de disciplinas que abordem a temática da raça, cor e etnia – disciplinas obrigatórias e/ou eletivas, a falta de investimento e incentivo das políticas estudantis em garantir a permanência de estudantes negras/os cotistas, a não representatividade institucional e proporcionalidade de docentes negras/os no quadro geral de funcionários, dentre outras observações. Entretanto, nesta dinâmica toda, observamos também que:

A experiência oriunda da vivência da negritude potencializa a formação e a dinâmica acadêmica, uma vez que, os saberes e as trajetórias que comportam esses sujeitos são elementos riquíssimos para o processo de formação e aprendizado, bem como para a produção de conhecimento, possibilitando a transversalidade do debate étnico-racial no ensino, na pesquisa, na extensão e na experiência vivida dentro e fora do campus. Os coletivos negros cumprem um papel fundamental para recepção e acolhimento de estudantes cotistas, desenvolvendo ações que dão ênfase à formação política e a consciência racial, se constituindo como um espaço de reconhecimento, representatividade e protagonismo (SANTOS; OLIVEIRA; AZEVEDO, 2021, p. 151).

Diante disso, pensar o trabalho do Serviço Social em um espaço sócio-ocupacional em harmonia com o projeto ético político é se apropriar das legislações pertinentes a nossa atuação profissional. Aqui, menciona-se o Código de Ética de 1993, que pela primeira vez aborda em um de seus princípios o: “exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (2003, p 17). Além do mesmo, que expressa um histórico de amadurecimento teórico-profissional, cabe pontuarmos as ações do Conjunto CFESS-CRESS ao lançar diversos documentos com a temática em questão étnico-racial, a

⁵ No caderno *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* é publicizado em uma linha do tempo como o racismo estrutural e estruturante provocou imensa desigualdade entre a população negra e povos originários em relação a população branca. Tal correlação deixa explícito que o racismo é útil ao capitalismo e, no Brasil, é uma política de Estado.

série “Assistente Social no combate ao preconceito” e o Caderno 3: Racismo do CFESS - Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017).

Este último documento tem por objetivo provocar as/os Assistentes Sociais o olhar crítico sobre as situações de preconceitos que surgem no cotidiano profissional e que tais preconceitos estão interligados com a ordem social burguesa. Neste documento são contextualizados brevemente os conceitos de: raça, etnia, racismo, preconceito racial, discriminação racial, intolerância religiosa e políticas afirmativas. Sendo assim, pode-se afirmar que tais palavras são carregadas de significados históricos e a/o Assistente Social precisa se apropriar desses termos e os seus significados para construir uma intervenção profissional baseada na defesa dos direitos da população atendida.

Todos estes movimentos podem ser interpretados a partir da *função pedagógica* na intervenção profissional, como destacam Abreu e Cardoso (2009): “a função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (p. 1). A *função pedagógica* pode ser mais notória nos espaços sócio-ocupacionais, mas a mesma é germinada nos espaços de produção de conhecimentos.

Ou seja, uma universidade que dialogue com referenciais teóricos antirracistas, propicia uma intervenção e *função pedagógica* mais próxima do projeto ético político profissional. É na universidade que a *função pedagógica* da/os Assistente Social começa a ser concebida.

O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 596).

Além disto, compreender esta potencialidade profissional que é a *função pedagógica* corrobora para o papel pedagógico do antirracismo na formação e atuação profissional, como também, o resgate do papel educador do Movimento Negro, pois: “os

movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade” (GOMES, 2017, p. 16) e “muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído” (p. 18) se não fosse a luta do Movimento Negro. A função pedagógica e a mobilização social (ABREU; CARDOSO) da/o Assistente Social dialoga diretamente com a potencialidade dos movimentos sociais, neste caso, do Movimento Negro e seu papel educador, de produtor de conhecimentos.

No cotidiano profissional da/o Assistente Social, é notório que algumas situações que surgem estão pautadas nas questões étnico-raciais que estruturam a sociedade capitalista. Sendo assim, dialogamos com Silva (2021), que aponta a importância da apropriação intelectual por parte das/os Assistentes Sociais de uma literatura de teóricos negros e negras, no qual não têm seus saberes como hegemônicos, mas podem contribuir significativamente para uma prática antirracista frente a uma sociedade que tem o racismo como estrutural e estruturante.

Outro documento elaborado pelo Serviço Social é o *Termo de Orientação Exercício Profissional Antirracista*, que visa guiar a prática profissional em bases antirracistas e que é importante considerar as relações sociais formadas em bases escravistas que perduraram por quase 400 anos. O documento também faz uma contextualização histórica de raça e etnia e aborda que o profissional tem um arcabouço de condições teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico operativos para lidar com as expressões da questão social com bases racistas, porém em um contexto social onde se acirra o neoconservadorismo por meio da ascensão da extrema direita no poder, as intervenções profissionais serão influenciadas por essa onda e poderão ter uma prática profissional de controle da população pobre, que em sua maioria é a população negra.

Por fim, o documento que completa essa tríade é um dos últimos materiais produzidos pelo CFESS-CRESS RJ, sendo a *Norma técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*. Esse documento faz um balanço referente ao preenchimento do quesito raça/cor pela/o Assistente Social, enquanto identificador de como a população negra está vivendo, tendo como objetivo de ser um norteador para a construção de políticas sociais que vão ao encontro desse levantamento. Portanto, a opção

de preenchimento do quesito raça/cor/etnia é uma tomada de escolha ético-política em um país que se estrutura em bases racistas.

A partir dessa premissa do quesito raça/cor/etnia, convém mencionar que esta é uma questão primordial para se desenvolver uma prática profissional de forma articulada, ou seja, se em uma política de Assistência Social, em um determinado equipamento da proteção social de alta complexidade, o profissional se depara com uma maioria de adolescentes institucionalizados autodeclarados negros (pretos e pardos), não é possível prender-se somente na questão da individualização dos sujeitos. É necessário ir além da aparência e correlacionar com uma totalidade social que vai apontar que ao longo da história brasileira a maioria dos institucionalizados foram pessoas negras. Dar visibilidade a desigualdade social que a população negra vivencia é relevante para a elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista.

Outra experiência se dá na política de Saúde, onde as estatísticas apontam a população negra como a maioria dos usuários que dependem do Sistema Único de Saúde – SUS. Entretanto, Almeida (2014) aponta que apesar dessa dependência maior da população negra com relação ao SUS, percebe-se que nos equipamentos de alta complexidade é a população branca que mais acessa os serviços, provavelmente por difícil acesso da população negra a porta de entrada do SUS. Em um processo de refração e ataque da política de saúde, assim como todas as outras políticas públicas, a população negra é a que será mais atingida. Diante do exposto, é tácito afirmar que a coleta do quesito raça/cor/etnia vai dar a real dimensão de como esta população está inserida ou excluída nos processos sociais de acordo com sua cor e etnia⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Há de se mencionar o período vivenciado da Pandemia da Covid – 19, que toda humanidade viu se agravar a situação sócio econômica, menciona-se agravar, pois a humanidade já vivenciava a mais uma crise do capital que sempre é mais cruel para a classe trabalhadora. Nesta grande crise humanitária foi notório o que Antunes (2022) destaca: a classe trabalhadora ficou em um “fogo cruzado” (expressão utilizada pelo autor); ou o indivíduo saía para trabalhar e corria todo o risco de uma contaminação pelo coronavírus e a possibilidade iminente da morte ou ele ficava em casa e não teria o mínimo de condições de manter as condições básicas de sobrevivência. Além disso, sabe-se que a maioria da população que se encontra sem garantia previdenciária por estar em situação de desemprego, trabalho informal, uberização, etc é a população negra – a que teve mais circunstâncias de exposição ao vírus e com a maior possibilidade de ser contaminada.

No breve percurso realizado até aqui é possível identificar as confluências entre uma formação e atuação profissional que destaque e potencialize o caráter pedagógico das/os Assistentes Sociais, sendo concernente aos referenciais teóricos da profissão, assim como dialogando com outros referenciais teóricos parceiros e, impulsionando o antirracismo dentro da categoria profissional. É um movimento que requer dia após dia a reatualização do compromisso ético-político, sem perder de vistas o vislumbre de uma nova ordem societária livre de todo e qualquer tipo de opressão.

Segundo Toniolo (2008), a/o Assistente Social trabalha diretamente com parte da classe trabalhadora e isso lhe concerne um lugar de privilégio no mercado de trabalho. Sendo assim, esse profissional terá condições de produzir conhecimentos sobre essa população e esse conhecimento vai propiciar diversas possibilidades de intervenção profissional. Acredita-se que é indispensável para o profissional uma formação continuada, realizar pesquisas no seu campo de trabalho, estudar, questionar as demandas institucionais e não ser um burocrata que não consiga redimensionar sua prática profissional e vislumbrar possibilidades de mudanças na vida da população atendida. Existem diversas produções teóricas, documentos e legislações que abordam a questão racial, logo, o Assistente Social precisa se apropriar desse conteúdo em direção de um fazer profissional antirracista.

Parafraseando a saudosa Dona Ivone Lara, que além de grande intérprete brasileira, contribuiu significativamente para a formação e atuação do Serviço Social, a raiz da liberdade encontra-se no sorriso negro, negro este “que já foi escravo / que é a voz da verdade / que é destino e amor / e também é saudade.. (um sorriso negro!)”. Que possamos manter o sorriso no rosto frente as adversidades da formação e atuação profissional em Serviço Social, não como forma de amenizar as barbáries da vida, mas sim como estratégia de sobrevivência, já que “a gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁷ Compositores: Adilson Barbado e Jorge Portela.

- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em pauta**, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2014 – n. 34, v.12, p.131-154. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.
- CFESS-CRESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**, Brasília, 2016.
- CFESS-CRESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Campanha da Gestão 2017-2020, Brasília, 2020.
- EURICO, Marcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. CFESS, 2022.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes; 2017.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18:maio-out/2012, p.62-73.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- SANTOS, Thamires C. M. dos; OLIVEIRA, Tarcísio C.; AZEVEDO, Luana S. de. Insurgências coletivas e vivências no contexto acadêmico: a experiência de reconhecimento de sujeitos e saberes a partir do Coletivo Negro Fuzuê. In: **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.67, v. 8 n. 67: Ensino de História e Relações Étnico-Raciais: olhares interioranos 2021.

SILVA, Ana Paula P. Relações Raciais e Pensamento Social Brasileiro: Reflexões Pertinentes a uma Formação Antirracista no Serviço Social. In: Eurico, Márcia Campos; Passos, Rachel G.; Almeida, Magali da S.; Martins, Tereza C.S. (orgs). **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel social, 2021. p. 79-105.

SOUSA, C. Toniolo. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8 (1):119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.